



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS

**Relatório Final de Atividades
PIBIC/CNPq - BIP/UFSC 2006/2007**

O COMPORTAMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA A PARTIR DE 1990

AUTOR: Aline Zeli Venturi
Graduação em Ciências Econômicas

ORIENTADOR: Prof^o Lauro Mattei
Centro Sócio Econômico – Departamento de Ciências Econômicas

Assinatura do Aluno

Assinatura do Professor Orientador

Florianópolis, agosto de 2007.

O COMPORTAMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA A PARTIR DE 1990

1. RESUMO

O mercado de trabalho foi afetado particularmente por mudanças estruturais que atingiram o capitalismo a partir do final do século XX. A nova onda de inovação tecnológica, atrelada à busca por aumento da produtividade, fez com que as empresas alterassem sua dinâmica produtiva, por meio de incorporação de novas técnicas de gestão e flexibilização. Aliado a estes movimentos a globalização econômica em andamento trouxe consigo a abertura dos mercados, a desregulamentação financeira e os ajustes liberalizantes que provocaram uma reestruturação produtiva das empresas, um aumento da competitividade e o aumento das taxas de desemprego no mundo todo. Um modelo de produção mais flexível e que incorporava maior automação e tecnologia reduziu os postos de trabalho e fez surgir novas formas de contratação com jornadas mais flexíveis e terceirizações. Essas mudanças atingiram os países centrais e mais intensamente os trabalhadores dos países periféricos, como o Brasil. Além do aumento do desemprego, foram registrados aumento da informalidade e da precarização do emprego. Este estudo teve como objetivo analisar a evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina, diante destas transformações provocadas pelas políticas adotadas a partir dos anos de 1990. O estudo procurou levantar uma qualificação da dinâmica deste mercado, por meio da identificação de relações entre os anos de estudo, remuneração e sexo dos trabalhadores. Observou-se que as políticas de abertura comercial e desregulamentação financeira dos anos de 1990 provocaram perdas para o mercado formal de trabalho catarinense, ocasionando uma queda de emprego formal em determinados segmentos e uma redistribuição setorial dos postos formais de trabalho que continuaram a se expandir. Houve aumento da participação feminina, assim como cresceu a participação dos trabalhadores com maior qualificação e menores salários. A análise da distribuição regional ainda apontou um crescimento do emprego formal em todas as mesorregiões catarinenses, com destaque para a região Oeste. Não houve, entretanto, uma alteração significativa da participação relativa das mesorregiões no total do emprego, com o Vale do Itajaí, a Grande Florianópolis e o Norte Catarinense sendo responsáveis por 70% do total do emprego formal. A pesquisa foi baseada em revisão bibliográfica sobre economia do trabalho e em dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Palavras-chave: mercado de trabalho; formalidade; Santa Catarina

2. INTRODUÇÃO

Este trabalho procurou identificar o comportamento do mercado de trabalho catarinense – especificamente o mercado formal e protegido – diante das mudanças em curso mundialmente no mundo do trabalho. Estas transformações estiveram em pauta após a crise de produtividade que atingiu o capitalismo no final do século XX, e se fizeram presentes até os dias atuais.

Esta seção do relatório final de atividades tem por objetivo apresentar uma breve revisão do marco teórico utilizado na pesquisa, com base no levantamento bibliográfico realizado durante o período de trabalho. Além disso, a seção é composta também pela justificativa do trabalho, que procura indicar a relevância da pesquisa, e pelos objetivos específicos, anteriormente citados no projeto de pesquisa.

2.1. Revisão Bibliográfica

2.1.1 O mundo do trabalho após a crise do capitalismo no final do século XX

O final do século XX representou um período de grandes e profundas transformações estruturais da economia mundial. Depois de uma fase de expansão e melhoria das condições de vida, orientadas pelos investimentos estatais em bem-estar social e pelo auge do modelo fordista de produção, os países capitalistas enfrentaram uma crise em suas estruturas econômicas que os obrigou a buscar alternativas de sustentação da produtividade.

Segundo Antunes (2002), esta crise representou a expressão de um quadro mais complexo, uma “crise estrutural do capital”, com destaque para a tendência decrescente da taxa de lucro. Essa queda era evidenciada pelo aumento dos salários, em contrapartida a uma queda dos níveis de produtividade e um esgotamento do padrão de produção em massa, que se expressava na retração do consumo. Além disso, a esfera financeira já ganhava mais espaço frente ao processo produtivo, já indicando uma nova fase no processo de internacionalização do capital.

Ocorreu uma desarticulação do sistema, onde a acentuada concorrência internacional, a debilidade da capacidade de decisão dos Estados, que estavam endividados após ampliar gastos e benefícios sociais, e a intensa desregulamentação dos mercados levaram a economia mundial em direção a uma crescente desordem econômica e social (MATTOSO, 1995). Iniciou-se a partir de então uma busca por saídas para esta crise sistêmica, com uma reorganização do capital e de seu sistema político, por meio de uma reestruturação da produção e ajustes nas políticas vigentes até então, para conformá-las agora com a nova dinâmica do sistema capitalista, muito mais competitivo e internacionalizado.

Em meio às respostas da crise, ocorreu um aumento da produtividade do trabalho que se deu graças aos fatores condicionantes da Terceira Revolução Tecnológica. Um conjunto de inovações surgidas nos anos de 1960 e 1970 mudou a qualidade do trabalho e acelerou a destruição de velhas formas de produção e organização do trabalho (MATTOSO, 1998).

Esta revolução em andamento possibilitou a incorporação de um novo padrão de acumulação baseado na especialização e na flexibilidade das atividades produtivas. Este modelo de acumulação flexível ocasionou uma reformulação dos processos de organização dos meios produtivos, exigindo alta produtividade, maior qualidade dos produtos e a redução de estoques. A

crise que se colocava para a sociedade capitalista, com gastos elevados da produção em massa, passou a exigir das empresas um constante controle dos custos a fim de manter seus lucros elevados.

O progresso advindo com a Terceira Revolução Tecnológica mostrou-se mais inovador do que em todas as revoluções anteriores e provocou alterações em todos os setores produtivos. Os avanços em informática, automação industrial e biotecnologia se ampliaram para todos os setores da economia, inclusive para o setor de serviços. Coutinho (1992) credita este novo paradigma industrial às novas tecnologias de automação flexível, articuladas por processos de engenharia que reestruturaram profundamente as indústrias de bens de capital e serviços. O autor também destaca a revolução ocorrida nos processos de trabalho, que incorporam características flexíveis e polivalentes nas plantas produtivas. Estas novas formas de gestão da produção e do trabalho, com a busca exacerbada pela qualidade total, passaram a permear todo o universo empresarial, em busca de maior competitividade e inserção externa das empresas. Por meio da automação flexível, máquinas de controle numérico passaram a realizar operações automaticamente, introduzindo os sistemas *just in time* e *kanban*.

Em relação às mudanças na organização do trabalho, se constituiu um conjunto de mecanismos capazes de intensificar o uso da força de trabalho, com os princípios de jornadas flexíveis e o aumento da participação intelectual do trabalhador, por meio dos círculos de controle de qualidade e o controle de qualidade total. Estas novas formas de organização impactaram diretamente no padrão de uso da força de trabalho, fazendo com que ocorresse uma intensificação do processo de exploração e uma reformulação do mercado de trabalho.

A reestruturação econômica colocada em andamento dentro das firmas foi acompanhada também por mudanças políticas no contexto mundial. A regulação econômica e a proteção que os estados vinham exercendo sobre suas economias foram substituídas por uma série de reformas liberais a fim de ajustar o mercado às novas exigências. A globalização econômica tornou-se o fio condutor do processo, com o argumento de aumentar os fluxos de comércio, os investimentos internacionais e a modernização dos parques produtivos.

Os processos de ajustes que se deram em resposta aos choques dos anos de 1970 geraram uma nova formatação econômica que envolvia, segundo Mattei (2004), aspectos e dimensões tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras. Esta nova realidade econômica que se conformou pode ser associada a alguns fatores pontuais. Em primeiro lugar as inovações nas áreas de informática e comunicação produzidas pelo desenvolvimento da terceira revolução tecnológica foram fundamentais para o processo de interligação das economias, e possibilitaram um maior fluxo comercial e de informações entre os mercados. Depois, a adoção de políticas econômicas de liberalização e desregulamentação foram promovendo um maior grau de liberdade para a movimentação de capitais, o que ocasionou uma crescente interdependência dos mercados financeiros e a ampliação de atuação das empresas transnacionais (MATTEI, 2004).

Estas mudanças econômicas e políticas se intensificaram a partir da retomada na esfera pública das idéias liberais, do mercado desregulado. Argumentando que a regulação era um atraso para o desenvolvimento das economias capitalistas, uma onda de reformas flexibilizantes tomou

conta dos estados nacionais, principalmente a partir da década de 1980. Segundo Carneiro (2006), o período foi marcado por mudanças de caráter regulatório, com a gradual eliminação do aparato intervencionista da era keynesiana em um primeiro momento, e em seguida houve um aprofundamento das políticas com reformas direcionadas a criar um contexto apropriado ao funcionamento do mercado.

Os processos de flexibilização produtiva, abertura comercial e financeira e a reestruturação tecnológica das empresas tiveram impactos sobre as relações de trabalho. As mudanças políticas e econômicas em curso promoveram alterações nas formas de ocupação, inserindo no mercado de trabalho novas formas de contratação e organização do processo de trabalho. A partir do movimento de reestruturação das empresas, os custos trabalhistas foram enxugados e uma onda de desemprego atingiu tanto as economias centrais como as periféricas.

Segundo estudo do DIEESE (1996), o aumento do desemprego mundial, principalmente após a década de 1990, pode estar relacionado à forma como os países se inseriram nos moldes da Terceira Revolução Industrial. O modelo de organização aí inserido, de produção flexível e enxuta, passou a requerer um trabalho mais polivalente e intenso. Isto significou diminuição dos postos de trabalho, com aumento do desemprego estrutural, derivado da substituição do trabalhador pela automação industrial. Os trabalhadores mantidos na fábrica, entretanto, tiveram que se adaptar às novas formas de organização da produção, que passaram a exigir um trabalhador multifuncional e mais qualificado. O surgimento de programas de busca de qualidade, para aumentar a competitividade das empresas, passou a exigir dos trabalhadores maior participação na organização da produção, enfatizando programas como os Círculos de Controle da Qualidade (CCQs), e vinculando os salários às metas de produção. Ocorreu uma diminuição da hierarquia entre os cargos, aumentando a demissão de funcionários em níveis intermediários, além do aumento de terceirizados e trabalhadores temporários.

Ocorreu uma reorganização da composição do emprego em todos os países afetados pelos avanços. O setor primário perdeu participação, assim como o contingente de empregados no setor industrial, que registrou diminuição absoluta em vários países. Os setores de serviços e comércio, apesar da grande participação relativa, ainda se mostram incapazes de absorver a mão-de-obra liberada nos demais setores, muitas vezes sendo responsáveis pela grande precarização nos postos de trabalho e aumento da informalidade.

Estas transformações são ainda acompanhadas de mudanças severas no padrão de uso e remuneração da força de trabalho. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, p. 34). Desta maneira, as empresas foram adquirindo maior poder de negociação, diminuindo salários, subempregando, e até mesmo terceirizando os próprios funcionários, como forma de aumentar suas taxas de produtividade e de lucro.

O aumento da flexibilidade e mobilidade do capital permitiu aos empregadores o exercício de pressões mais fortes no controle do trabalho, sobre trabalhadores já enfraquecidos neste horizonte de inseguranças. O aumento da competição e a diminuição das taxas de lucro fizeram

patrões tirar proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de trabalhadores desempregados, impondo regimes e contratos mais flexíveis (HARVEY, 1993). Estes contratos acabaram por suprimir alguns dos direitos mínimos dos trabalhadores, que de acordo com a linha neoliberal, eram responsáveis por encarecer os custos produtivos e tornar as empresas menos competitivas. Ocorreu no mercado de trabalho a evolução do processo de fragmentação das relações, com a proliferação de outras figuras contratuais que não o contrato de trabalho permanente e integral (GARCIA PEREIRA, 2001).

Como agravador do processo de flexibilização do trabalho, vale destacar ainda o peso do papel do Estado como regulador dos processos econômicos e sociais. Dada a falência do Estado de Bem-Estar e do padrão keynesiano, os governos perderam a capacidade de gerar empregos por si só, que se dava por meio das grandes inversões de capital feitas no padrão fordista. O foco nas políticas públicas de crescimento e proteção ao emprego foi substituído pela preocupação constante em dinamizar o processo de globalização e modernização. Diante do paradigma neoliberal, com a crescente defesa do movimento desregular/flexibilizar, reduziram-se os gastos com educação, programas de treinamento subsidiados e, principalmente, foram acertadas novas formas de contratação legais. Houve uma ampla disseminação do conceito de Estado Mínimo, com a aprovação de reformas no setor público, direcionando gastos para pagamentos de serviços financeiros, em contrapartida à diminuição dos gastos sociais. As privatizações foram responsáveis por eliminar grande parte dos empregos protegidos, e o funcionalismo público passou a se concentrar em funções que sobreviveram a modernização funcional e administrativa do setor público (POCHMANN, 2001).

O aumento do desemprego, a expansão da informalidade em contrapartida a diminuição dos postos de trabalho formalizados, e a crescente precarização das relações de trabalho foram algumas das conseqüências mais destruidoras deste processo de modernização e globalização em curso nos centros capitalistas. A precarização do trabalho, com o aumento das relações informais, trabalho temporário e autônomo transformou-se em meio comum entre os que entraram para o mercado de trabalho a partir da década de 90. Os trabalhadores passaram a se submeter à estas formas de trabalho, se desqualificando ainda mais e agravando o quadro social do mundo do trabalho.

Em termos gerais, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e automação acabaram por gerar índices elevados de desemprego em todo o mundo, sugerindo uma reformulação das políticas de emprego e renda. A globalização econômica, sob a égide de reformas estruturais, acabou por impor jornadas de trabalho mais rígidas e uma extrema insegurança ao trabalhador, que resignado, teve de se adaptar aos novos padrões de competitividade. Dentro de um cenário de individualização do trabalho, só se viu aumentar o desemprego, as relações precárias e instáveis, o medo e as diferenças profundas entre as regiões mais desenvolvidas e aquelas que estão à margem do processo de desenvolvimento capitalista.

2.1.2 A economia brasileira e as mudanças internas no mercado de trabalho a partir de 1990

O Brasil também sentiu os efeitos das mudanças em curso mundialmente. Com a estagflação da década de 1980 e o Estado sem condições financeiras de se reerguer da crise da dívida externa, foram implementadas uma série de reformas liberalizantes com o intuito de melhorar a inserção externa do país, equilibrar o Balanço de pagamentos e estabilizar a inflação. O país se abriu comercialmente para as economias mundiais no início dos anos de 1990 e as empresas brasileiras foram expostas à competição internacional.

A proposta que chega ao Brasil por intermédio da posse do governo Collor tem como ponto chave o controle inflacionário e a inserção brasileira nos novos moldes da globalização e do paradigma tecnológico em andamento. A estratégia de estabilização vem homologada pelas propostas neoliberais do Consenso de Washington: além da abertura comercial completa, a desregulamentação da economia, as privatizações, a manutenção de um Estado Mínimo e a flexibilização dos direitos trabalhistas (MERCADANTE, 1998).

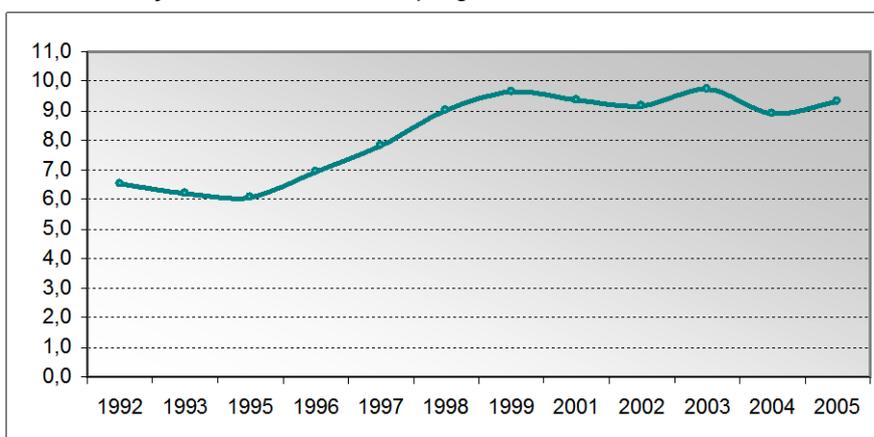
A implantação no Brasil destas políticas de liberalização comercial e financeira, privatização e de desregulamentação da economia, iniciada no governo Collor e acelerada na gestão Fernando Henrique Cardoso, foi acompanhada por mudanças na estrutura e dinâmica do mercado de trabalho, que acabaram por transformar o desemprego em um dos problemas centrais da sociedade brasileira (MERCADANTE, 2002). A competição externa, que atingiu as empresas nacionais, provocou uma reestruturação forçada em suas bases produtivas, e o ajuste se iniciou com a deterioração do mercado de trabalho. A transigência do governo em relação à adoção de medidas como a abertura comercial, taxas de juros elevadas, câmbio apreciado e redução do papel do Estado resultaram tanto num instável crescimento econômico como em uma intensificação da reestruturação tecnológica e organizacional das empresas. “Esse movimento acabou por eliminar e/ou deslocar postos de trabalho, via racionalização, aumento da produtividade e intensificação do processo de terceirização, nas regiões mais industrializadas” (DIEESE, 2001, p. 62).

As relações de trabalho se deterioraram, houve um salto nas taxas de desemprego e os postos de trabalho que foram mantidos tornaram-se precários e desregulamentados. O mercado formal de trabalho sofreu uma forte contração na década de 1990 e as ocupações autônomas e informais se expandiram.

Uma rede de inseguranças se estabeleceu em torno do mercado de trabalho brasileiro. O aumento do desemprego, das formas precárias de contratação e os baixos salários praticados no mercado informal tornaram-se aspectos comuns do dia-a-dia dos que estavam inseridos neste mercado. Por causa destas inseguranças, muitos trabalhadores passaram a se submeter à formas precárias de trabalho e remuneração. Durante os anos 80 o mercado de trabalho ainda se manteve com certa organização, apesar da queda do emprego industrial e da perda salarial revelada pela alta inflação. Os anos 90, entretanto, desestabilizaram as redes de segurança alinhadas até aquele momento e o desemprego cresceu exacerbadamente, a renda caiu de forma contínua e os trabalhadores perderam ganhos de cláusulas em seus contratos de trabalho.

O desemprego na década de 1990 passou por uma trajetória de crescimento, interrompida brevemente entre 1993 e 1995, durante a fase expansiva do Plano Real, e que continuou no início do governo FHC, diante dos choques monetários adotados para manter a moeda sobrevalorizada. Segundo estudo do DIEESE (2001), a permanência desse desemprego elevado e de longa duração, corroeu a segurança no mercado de trabalho e fez com que os jovens dessa década perdessem a expectativa de mobilidade social. O emprego de tempo integral, protegido pela legislação, foi substituído por vínculos vulneráveis, como o trabalho sem carteira, autônomos e o emprego doméstico, sempre em condições mais precárias de atividade.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de desemprego aberto no Brasil entre 1992 e 2005.



Fonte: PNAD

Segundo Prado (2006) após o colapso do câmbio em janeiro de 1999 a adoção do regime de metas de inflação e câmbio flutuante fez com que este quadro apresentasse uma leve recuperação, mas em um movimento de lentidão devido ao acúmulo de déficits do período anterior. A elevação do emprego formal vem ocorrendo desde 1999, mesmo diante da manutenção de reduzidas taxas de crescimento econômico.

O câmbio, os baixos salários e o comportamento do mercado internacional favoreceram o aumento das exportações, elevando a produção interna e o nível de emprego. Além disso, a maior fiscalização da legislação trabalhista pode ter contribuído no aumento da formalização dos postos de trabalho, assim como a extensão dos benefícios trabalhistas a empregados domésticos, e as formas especiais de contratação previstas pela Lei, que permitiram a maior flexibilização dos contratos de trabalho.

Estes novos empregos gerados, entretanto, têm se situado em patamares baixos de remuneração e em setores tipicamente menos protegidos em sua formalidade, como a construção civil e a agropecuária, por exemplo. A recuperação da atividade econômica não significou a ampliação dos empregos regulares e qualificados. O aumento da deterioração das condições de trabalho e a continuidade de elevadas taxas de desemprego aberto sinalizam “a existência de uma fase em que o emprego regular e regulamentado encontra-se deslocado da centralidade das políticas macroeconômicas. Elas se voltam muito mais para o combate da inflação e para o curso da modernização econômica do que para o enfrentamento da questão do desemprego” (POCHMANN, 2002, p. 88).

2.2. Justificativa

O mercado de trabalho catarinense, apesar do maior grau de formalização em relação às outras unidades federativas, também sofreu com as mudanças gerais da economia brasileira. O Estado de Santa Catarina, historicamente formado por uma estrutura produtiva diversificada e descentralizada, com forte participação do setor agrário exportador e expressiva produção industrial também acompanhou as mudanças por que passou a economia nacional. A abertura comercial, os planos de estabilização econômica que se seguiram e, principalmente, a retirada do Estado como promotor do desenvolvimento tiveram conseqüências sobre as relações econômicas e de trabalho no estado catarinense.

Para tanto, justifica-se um estudo que analise e identifique o comportamento do mercado formal de trabalho no Estado de Santa Catarina, enfocando, primordialmente, os aspectos relacionados às transformações estruturais, do ponto de vista das questões de remuneração, gênero e qualificação do trabalhador.

2.3. Objetivos

O relatório tem como objetivo identificar e analisar as transformações estruturais do mundo do trabalho formal catarinense, tendo-se como premissa básica que estas mudanças estão diretamente relacionadas às mudanças em curso na economia do país.

Do ponto de vista do mercado formal de trabalho catarinense, a pesquisa procurou entender o comportamento dos postos formais de trabalho em SC, diante de um cenário considerado por muitos analistas como restrito a este tipo de emprego. Como as características setoriais já foram analisadas em relatório anterior, este estudo procura considerar primordialmente a distribuição espacial (mesorregiões) dos postos formais de trabalho. A qualificação destas análises se dará através do uso de variáveis-chaves, como é o caso do grau de instrução, distribuição por gênero, por setores econômicos e por faixas de remuneração.

Com isso, o estudo sobre o comportamento geral do mercado formal de trabalho catarinense terá como metas específicas:

- a) A identificação das regiões que mais contribuem para a geração de postos formais de trabalho e suas características mais relevantes.
- b) A construção de séries sobre a movimentação de admitidos e desligados nos postos formais catarinenses;
- c) A construção e atualização de séries cruzadas entre setores de atividade, gênero, grau de escolaridade e remuneração;
- d) A identificação de possíveis impactos da reestruturação produtiva sobre o conjunto do emprego catarinense e a atual tendência deste processo;

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa sobre a evolução do mercado formal em Santa Catarina pode ser caracterizada como de caráter dedutivo, sustentada por uma pesquisa de natureza aplicada, utilizando-se como base quantitativa os dados secundários disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Do ponto de vista de seus objetivos a pesquisa classifica-se como descritiva, dada a caracterização que será feita do mercado formal de trabalho, assim como de suas variáveis analisadas: setor de atividade econômica, gênero, remuneração e grau de escolaridade.

A metodologia adotada toma como referência os dados secundários das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego –MTE – com o objetivo de disseminar informações abrangentes sobre postos formais de trabalho. Originalmente a RAIS foi criada para conter informações destinadas ao controle de entrada da mão-de-obra estrangeira no Brasil e os registros relativos ao FGTS, para subsidiar o controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP. É um importante instrumento quantitativo porque cobre cerca de 97% do mercado formal brasileiro, com uma gama de variáveis investigadas: empregos em 31 de dezembro de cada ano segundo gênero, faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço e rendimentos, desagregados em nível ocupacional, geográfico e setorial. Contém informações sobre número de empregos por tamanho de estabelecimento, massa salarial e nacionalidade do empregado.

Nesta pesquisa serão feitos levantamentos e cruzamentos de variáveis agregadas no estado, entre os setores de atividade econômica, o gênero, a escolaridade e as faixas de remuneração e as mesorregiões catarinenses. As atividades econômicas estão dispostas de acordo com a classificação do IBGE, que divide os setores em: indústria extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agricultura.

As tabelas que se referem à taxa de desemprego, população economicamente ativa, ocupados e desocupados, assim como a estrutura ocupacional do estado catarinense foram levantadas com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada pelo IBGE.

Para verificar a evolução do mercado de trabalho catarinense será utilizado um modelo econométrico simples para calcular a taxa de crescimento dos indicadores ao longo do tempo. O modelo, chamado *modelo semilog*, consiste na aplicação de uma regressão linear simples, com parâmetros β_1 e β_2 lineares, onde o regressando é o logaritmo de Y e o regressor é o “tempo” expresso em valores de 1, 2, 3 etc. A taxa de crescimento é obtida a partir do coeficiente de inclinação de β_2 do modelo, conforme Gujarati (2000):

- $(\ln Y_t = \beta_1 + \beta_2 t)$.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Santa Catarina: economia e mercado de trabalho

A atual conformação da estrutura produtiva e ocupacional catarinense é fruto das políticas que ora incentivaram a expansão e diversificação industrial e ora agravaram a situação competitiva dos setores produtivos. Dois movimentos fortes podem ser observados no comportamento do padrão de crescimento adotado pelo Estado.

Em um primeiro momento, a estrutura produtiva catarinense passou por um processo de modernização e integração regional a partir dos anos 60, que proporcionou um aumento da participação industrial na economia catarinense. Os setores econômicos seguiram a lógica de acumulação capitalista em curso no Brasil, com uma estrutura agrário-exportadora forte e uma indústria caracterizada pela diversidade setorial e homogeneidade de atividades nas diferentes regiões do Estado.

De acordo com Goularti Filho (2003) a partir da década de 1960, por meio do apoio efetivo do investimento estatal, a indústria catarinense se ampliou e se diversificou em vários setores dinâmicos de produção. Apoiado nos investimentos do Estado e na consolidação do capital privado nacional, que já detinha uma estrutura tradicional nos setores têxteis e alimentícios, o desenvolvimento de uma base produtiva sólida proporcionou um crescimento considerável da economia catarinense. Houve expansão no setor tradicional têxtil e a introdução de setores expressivos como o metal-mecânico, cerâmico, papel e celulose, plástico e ainda um fortalecimento dos complexos agroindustriais.

Entre 1950 e 1980 o PIB brasileiro cresceu a taxas médias de 7% ao ano, enquanto Santa Catarina obteve médias de crescimento até 40% acima das taxas nacionais. Neste período, o mercado de trabalho catarinense passou também por profundas mudanças, sendo que muitas famílias deixaram o campo em busca de melhores condições de trabalho e renda nas regiões mais desenvolvidas. A indústria de transformação foi se alicerçando em torno dos grandes centros regionais que se formaram em Joinville, Blumenau e Criciúma e estes locais passaram a atrair grande parte da população economicamente ativa do estado (LINS e MATTEI, 2001).

Esta trajetória de crescimento que fez com que o estado se destacasse no cenário nacional foi interrompida, entretanto, a partir da década de 1990. As crises enfrentadas pela economia brasileira interferiram na dinâmica produtiva catarinense e a reestruturação industrial que se iniciou globalmente atingiu também as fábricas catarinenses. A abertura comercial e as políticas adotadas a partir do Governo Collor provocaram fortes ajustes econômicos que obrigaram as empresas a repensar os rumos de suas atividades. O aumento da competitividade externa ocasionou o fechamento de muitas empresas e a redução das atividades em outras, diminuindo assim o número de trabalhadores. Aos que mantiveram seus empregos foi imposto uma intensificação do trabalho e observou-se ainda um aprofundamento das subcontratações.

Lins e Mattei (2001) também destacam este processo e complementam que a entrada de importados, amplificada depois pela política cambial do Plano Real, forçou a reestruturação de

muitas empresas por uma modernização tecnológica e organizacional. Obtidos os avanços em competitividade e qualidade, restou, porém um enorme contingente de desempregados em diferentes setores de atividade.

Ocorreu ainda uma forte redução das atividades estatais, oriundas das privatizações que passaram a atingir o complexo industrial nacional. Em Santa Catarina ocorreu uma forte reestruturação do setor têxtil, com a retração do segmento, a reestruturação da indústria cerâmica e do setor eletro-metal-mecânico, o desmonte do setor carbonífero e ainda a desnacionalização do complexo agroindustrial (GOULARTI FILHO, 2003).

A partir de então o mercado de trabalho em Santa Catarina passou a assumir os mesmos problemas de exclusão e desemprego como no restante do país (DIEESE, 1996). O comportamento do emprego passou a responder as iniciativas governamentais e empresariais, que incentivaram as terceirizações, as novas técnicas de gestão e a reestruturação tecnológica do processo produtivo. Houve como em todo o país o aumento das ocupações informais, desprotegidas e precarizadas, além de um aumento substancial das ocupações do setor terciário.

Quanto aos aspectos mais gerais do mercado de trabalho no estado a Tabela 1 mostra que a ocupação cresceu sensivelmente menos do que a população economicamente ativa, apesar da taxa de ocupação se manter elevada no estado, em torno de 95,4%. Tal tabela apresenta a PEA catarinense desagregada por condição de ocupação e gênero, sendo que os valores são relativos à semana de referência. Os desocupados são os que procuraram trabalho nos últimos sete dias, antes da pesquisa.

A PEA ocupada apresentou crescimento de 2,44% ao ano no período, enquanto a PEA total cresceu 2,5% ao ano. Os desocupados, ou desempregados, apresentaram crescimento de 3,86% ao ano, o que elevou a taxa de desocupação de 3,82% em 1992 para 4,53% em 2005. O desemprego atingiu mais intensamente a população economicamente ativa feminina, que apesar do aumento na participação relativa (passa de 39% em 1992 para 45% em 2005) alcançou uma variação média anual de 6,19%.

Assim, apesar de apresentar taxas de desemprego em geral menores do que a média nacional, o estado catarinense conviveu nas últimas décadas com um aumento substancial do contingente de desocupados, que se expressaram, sobretudo, na população feminina.

Tabela 1 - População economicamente ativa e população ocupada na semana de referência segundo a condição de ocupação e gênero. Santa Catarina, 1992 e 2005.

Condição de atividade e de ocupação	1992	2005	1992/2005 % a.a. ¹
Economicamente ativas	2.407.458	3.319.287	2,5
Ocupadas	2.315.516	3.168.780	2,44
Taxa de ocupação (%)	96,18	95,47	-
Desocupadas	91.942	150.507	3,86
Taxa de desocupação (%)	3,82	4,53	-

¹ Esta taxa de crescimento médio foi obtida a partir do cálculo $\left(\left(\frac{b}{a}\right)^{\frac{1}{13}} - 1\right) * 100$, onde a representa o valor do ano de 1992 e b o valor de 2005. Fonte: Niederle, S. (2005).

Homens	1.447.758	1.835.344	1,84
Ocupados	1.400.085	1.781.459	1,87
Desocupados	47.673	53.885	0,95
Mulheres	959.700	1.483.943	3,41
Ocupadas	915.431	1.387.321	3,25
Desocupadas	44.269	96.622	6,19
Não economicamente ativas	1.239.473	1.654.391	2,25

Fonte: PNAD.

De acordo com Lins e Mattei (2001), a tendência do emprego em Santa Catarina é semelhante à do Brasil, porém com a existência de um mercado de trabalho com grande parte de seus postos de trabalho formalizados. Santa Catarina se sobressai como um dos estados com maior índice de trabalhadores com carteira assinada. A Tabela 2 vai apresentar os dados comparados entre a população economicamente ativa e os postos formais de trabalho em Santa Catarina.

Observando os dados agregados dos anos em questão, verificamos uma mudança no movimento da última década, com uma gradual elevação do emprego formal nos últimos anos. O crescimento do emprego formal foi superior ao crescimento da população economicamente ativa, crescendo a uma taxa média anual de 4,3%. Mesmo considerando esta variação positiva, o incremento foi insuficiente para atender o total da PEA catarinense, e o emprego formal chegou a 2005 com uma participação de 44,7% sobre a PEA.

Tabela 2 - População Economicamente Ativa e Postos Formais de Trabalho. Santa Catarina, 1992 e 2005.

	1992	2005	var. absoluta
PEA	2.407.458	3.319.287	911.829
PFT	821.482	1.486.969	665.487
PEA - PFT	1.585.976	1.832.318	246.342
PFT/PEA	34,12%	44,79%	

Fonte: RAIS e PNAD.

Houve um aumento de 665.487 postos formais de trabalho entre 1992 e 2005, contudo, devido à recessão dos anos anteriores, este incremento, que também pode ser creditado ao maior número de estabelecimentos que declararam a RAIS no período, não foi o bastante para incorporar toda a PEA no mercado de trabalho regulamentado. Ainda, de acordo com a Tabela 2, 246.342 pessoas ficaram fora do mercado de trabalho protegido em 2005, sendo obrigadas a procurar novas formas de empregabilidade.

Esses dados evidenciam as transformações ocorridas nas relações de trabalho na economia catarinense, onde cada vez mais um contingente de trabalhadores se vê forçado a buscar alternativas fora do mercado formal de trabalho para subsistir. Cresce a cada ano o número de pessoas empregadas informalmente, com tempo de trabalho parcial, sem direitos e subempregadas. Os movimentos observados nacionalmente, de fragilidade das novas relações

trabalhistas, de insegurança do emprego e da renda, e de aumento da condição de desocupação também são observados no âmbito do estado catarinense.

A próxima seção tratará mais especificamente do emprego formal catarinense, estabelecendo relações quanto à alocação regional deste mercado de trabalho, tradicionalmente mais protegido e por isso mesmo, mais competitivo para o trabalhador.

4.2 O mercado de trabalho formal nas mesorregiões catarinenses

Ao se analisar as características dos postos formais de trabalho em Santa Catarina a partir da década de 1990, vale ressaltar as diferenças regionais presentes na economia do estado. Com uma formação heterogênea, o estado catarinense tem como principal característica de seu modelo de desenvolvimento econômico a diversificação e a equilibrada distribuição das atividades econômicas. A agropecuária, a indústria e os serviços estão presentes em todo o estado e cada região desenvolveu uma especialização dentro de sua vocação físico-territorial aliado à diversidade étnica e ao espírito empreendedor dos colonizadores imigrantes.

Desta forma o emprego também se distribuiu nas regiões de acordo com a atividade econômica predominante da localidade. A Tabela 3 identifica a distribuição do total do emprego formal em Santa Catarina de acordo com as mesorregiões geográficas estabelecidas no território (Figura 1).

Tabela 3: Total dos PFT em Santa Catarina por mesorregião, 1991-2005.

Mesorregiões	1991	%	2005	%	Taxa % aa
Oeste Catarinense	127.277	15,2	253.936	17,1	5,03
Norte Catarinense	182.057	21,8	286.620	19,3	3,47
Serrana	44.257	5,3	73.350	4,9	3,76
Vale do Itajaí	199.979	23,9	377.170	25,4	4,4
Grande Florianópolis	189.776	22,7	315.095	21,2	3,4
Sul Catarinense	93.406	11,2	180.798	12,2	4,96
Total	836.766	100,0	1.486.969	100,0	4,12

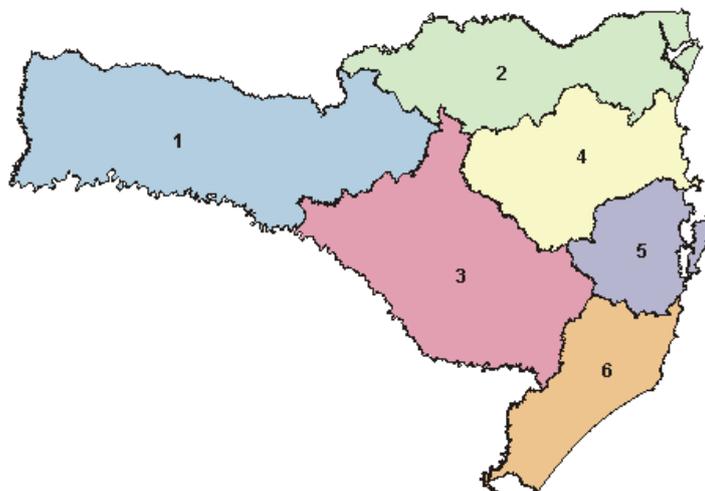
Fonte: RAIS/ MTE

Em 1991 eram cerca de 800 mil empregos, atingindo em 2005 um estoque de quase 1,5 bilhão de postos formais de trabalho. Pode-se observar que entre 1991 e 2005 as regiões apresentaram médias de crescimento do emprego formal muito próximas, com a região Oeste crescendo em média 5% ao ano e a Grande Florianópolis em média 3,4% ao ano. A dinâmica de evolução do emprego formal se deu em todo o estado, principalmente a partir dos anos de 1999. Entre 1994 e 1996 algumas regiões perderam postos de trabalho (Norte, Sul e Vale do Itajaí), como reflexo da política cambial em uso no país, que provocou forte entrada de importados, aumentando a concorrência principalmente na indústria de transformação.

As taxas de participação relativa demonstram que a região Oeste e o Vale do Itajaí elevaram em média sua participação em 2 pontos percentuais, fazendo com que o Norte e a

Grande Florianópolis perdessem um pouco de participação no total do emprego nestes anos, sem contudo alterar a dinâmica distributiva do emprego no estado.

Figura 1 – Mesorregiões geográficas de Santa Catarina.



Fonte: ICEPA

* 1(Oeste Catarinense); 2 (Norte Catarinense); 3 (Serrana); 4 (Vale do Itajaí); 5 (Grande Florianópolis); 6 (Sul Catarinense).

A Figura 1 subdivide o território de acordo com as mesorregiões do estado e a partir dela faremos a caracterização de cada região do estado.

O Oeste Catarinense apresenta sua economia baseada na atividade agrário-exportadora, com atividades que vão desde a criação, abate e processamento de matérias-primas de origem animal (aves e suínos). As lavouras e as demais atividades industriais são orientadas para apoiar estes segmentos produtivos. Os campos do Oeste são chamados também “celeiro” de Santa Catarina, de onde tem origem boa parte da produção brasileira de grãos. O principal produto agrícola do estado é o milho, produzido como forma de fornecer ração para a criação de suínos.

Dessa maneira o emprego formal na região Oeste é baseado efetivamente nas atividades da indústria de transformação agroexportadora, visto que as atividades rurais são desenvolvidas em sua maioria sem vínculos empregatícios formalizados, baseada na produção familiar. A indústria de transformação absorvia em 1991, 33,4% do total do emprego na região, aumentando sua participação em 2005 para 36,8%. Nesta atividade destacam-se os subsetores da indústria da madeira e predominantemente a indústria de alimentos e bebidas, responsável por mais de 50% de todo o emprego industrial da região em 2005 (Tabela 4).

Os setores de comércio e serviços absorvem juntos cerca de 40% do emprego formal no Oeste, apenas ocorrendo uma queda de participação dos serviços nesta região, com aumento proporcional do comércio, entre 1991 e 2005. A administração pública tem uma participação relativa baixa, absorvendo em 2005 apenas 10% do total do emprego formal. A construção civil, apesar da baixa participação, teve um expressivo crescimento do emprego, passando de 2,5 mil empregos no começo da década de 90, para 9 mil empregos formais em 2005.

Tabela 4: PFT por setores e subsetores selecionados de atividade econômica. Oeste Catarinense, 1991-2005.

Setores e subsetores selecionados	1991	%	2005	%
Indústria da madeira e do mobiliário	11.763	27,64	16.766	17,93
Indústria de produtos alimentícios e bebidas	18.998	44,64	48.102	51,43
Total indústria de Transformação	42.559	33,44	93.531	36,83
Serviços industriais de utilidade pública	1.602	1,26	2.376	0,94
Construção civil	2.519	1,98	9.053	3,57
Comércio	17.943	14,10	49.002	19,30
Serviços	30.932	24,30	54.902	21,62
Administração pública	15.263	11,99	26.316	10,36
Agricultura, silvicultura, criação de animais	7.464	5,86	18.482	7,28
Total	127.277		253.936	

Fonte: RAIS/ MTE

A região Norte de Santa Catarina é responsável pela manutenção de um parque industrial moderno e com predominância do setor eletro-metal-mecânico, fazendo desta região uma das mais desenvolvidas do estado. Três das mais importantes cidades do Estado estão localizadas nesta região, expressivas pela industrialização e atividade comercial: Joinville, maior cidade do Estado e terceiro pólo industrial do sul do Brasil; Jaraguá do Sul, com destaque para suas malharias e fábricas de motores elétricos; e São Bento do Sul, um dos mais importantes centros moveleiros do Brasil.

Entre as indústrias desta região estão presentes um dos maiores fabricantes de motores elétricos do mundo (em Jaraguá do Sul), um dos maiores fabricantes de compressores para refrigeradores, e também a maior fundição da América Latina, em Joinville. No Norte ainda se concentram as indústrias moveleira, madeireira e de papel e papelão, com São Bento do Sul sendo o maior pólo exportador de móveis do Brasil.

A região Norte é responsável por cerca de 20% do total do emprego formal do estado, com seus postos de trabalho concentrados, sobretudo nestas atividades industriais, com em média 50% das ocupações localizadas na indústria de transformação. De acordo com a Tabela 5, a indústria metal-mecânica absorvia em 1991, 26,9% do total do emprego industrial, passando em 2005 para uma taxa de participação de 27,7%. Em termos absolutos passa-se de um total de 27 mil trabalhadores em 1991, para 37 mil em 2005, considerando-se que estas empresas perderam postos de trabalho entre 1994 e 1998, recuperando seu patamar do início da década somente a partir de 1999. As novas tecnologias introduzidas durante a década de 1990, geradas pela reestruturação produtiva que atingiu as empresas, fez com que se reduzisse muito o quadro de empregados nesta indústria, que passou a operar com uma quantidade mais restrita de funcionários, dada a intensidade tecnológica presente na atividade.

A indústria da madeira e do mobiliário também tem sua participação elevada entre 1991 e 2005, passando de 18,9% para 19,45%, favorecida principalmente pela política de desvalorização cambial implementada a partir de 1999. A mudança cambial voltou a favorecer também o crescimento do emprego na indústria têxtil e do vestuário, que atingiu em 2005 um saldo de

empregos de 26,4 mil postos de trabalho, atividades estas mais dependentes do quadro funcional do que a metal-mecânica.

Tabela 5: PFT por setores e subsetores selecionados de atividade econômica. Norte Catarinense, 1991-2005.

Setores e subsetores selecionados	1991	%	2005	%
Indústria metalúrgica	11.882	11,72	19.790	14,68
Indústria mecânica	15.373	15,17	17.570	13,03
Indústria da madeira e do mobiliário	19.162	18,90	26.229	19,45
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	20.688	20,41	26.448	19,62
Total Indústria de transformação	101.369	55,68	134.828	47,04
Construção civil	3.583	1,97	5.720	2,00
Comércio	18.293	10,05	49.763	17,36
Serviços	35.881	19,71	73.058	25,49
Administração pública	11.098	6,10	17.136	5,98
Agricultura, silvicultura, criação de animais	1.882	1,03	4.299	1,50
Total	182.057		286.620	

Fonte: RAIS/ MTE

Quanto aos demais setores de atividade econômica, a região Norte tem uma evolução também nas ocupações formais do comércio e serviços, que passam de uma participação relativa de 29,7% em 1991 para 42,8% em 2005, com o emprego variando 126%. A construção civil também tem um crescimento de 59,6% em relação a 1991, assim como a administração pública, que se eleva em 54,4%.

A região Serrana absorve a menor parte de trabalhadores formais do estado, com uma participação de apenas 4,9% do total do emprego em 2005 (Tabela 3). Sua economia é alicerçada na indústria madeireira e de papel, na agropecuária (fruticultura e silvicultura) e no turismo rural, por ser uma das regiões mais frias do país, coberta ainda por uma grande biodiversidade animal e vegetal.

A indústria de madeira detinha em 1991 49,8% do total do emprego da indústria de transformação, passando em 2005 para uma participação percentual de 44,8% (Tabela 6). A indústria do papel e papelão também teve sua participação reduzida, refletindo numa queda de participação do emprego industrial nesta região. Enquanto o comércio teve um crescimento do emprego em 2005 de 120% em relação à 1991, este crescimento na indústria de transformação foi de apenas 33%.

Os serviços, em particular os serviços de alojamento e alimentação e a comercialização e administração de imóveis, tiveram forte evolução na taxa de participação. O total dos serviços se elevou em 58%, passando de uma participação em 1991 de 19% para 25,5% do total do emprego na região em 2005. As atividades agropecuárias também têm forte elevação do emprego formal, como indicativo de maior formalização do setor na região. Em 1991 eram apenas 2,7% sobre o total e, em 2005, estas atividades já passam a absorver 12,7% da mão-de-obra formalmente empregada.

Tabela 6: PFT por setores e subsetores selecionados de atividade econômica. Região Serrana, 1991-2005.

Setores e subsetores selecionados	1991	%	2005	%
Indústria da madeira e do mobiliário	6.665	49,85	8.026	44,87
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	3.419	25,57	3.568	19,95
Total Indústria da transformação	13.369	30,21	17.886	24,38
Construção civil	1.643	3,71	2.143	2,92
Comércio	6.638	15,00	14.597	19,90
Serviços	11.648	26,32	18.516	25,24
Administração pública	6.167	13,93	10.188	13,89
Agricultura, silvicultura, criação de animais	1.211	2,74	9.347	12,74
Total	44.257		73.350	

Fonte: RAIS/ MTE

A região do Vale do Itajaí, uma das mais ricas e desenvolvidas do estado, tem suas atividades econômicas voltadas primordialmente para a indústria têxtil, e mais atualmente tem crescido em atividades de serviços ligadas ao desenvolvimento de softwares, além das típicas cervejarias artesanais da região, que hoje já exportam parte de sua produção.

A região concentra as maiores empresas do setor têxtil em nível nacional, o que revela a importância do setor na economia local. Essa estrutura produtiva é influenciada pela formação cultural da região, orientada pela forte presença de imigrantes europeus que vinham de regiões industriais da Alemanha.

Entre 1991 e 2005 o emprego formal na região do Vale do Itajaí cresceu em média 4,4% ao ano, puxado pelo emprego industrial e fortemente pelos serviços, que passaram de uma participação relativa de 21,9% para 26% (Tabela 7).

A indústria tradicional têxtil empregava em 1991 cerca de 50 mil trabalhadores e passou a empregar 80 mil em 2005. Apesar do crescimento de 62% em termos absolutos, o peso destes postos de trabalho no total do emprego industrial pouco se alterou, permanecendo em 52%. Durante a década de 90 o setor passou por uma forte reestruturação, com enxugamento de muitos postos de trabalho.

De acordo com Goularti Filho (2003) o segmento têxtil-vestuário foi o setor mais atingindo em Santa Catarina com o processo de abertura comercial e sobrevalorização. Com a abertura comercial, reduzindo as alíquotas de importação de 105% em 1990 para 20,0% em 1993, e a sobrevalorização cambial, ocorreu uma maciça importação de produtos acabados nos ramos têxtil e vestuário, fazendo com que as exportações catarinenses no ramo têxtil caíssem de 423,6 milhões de dólares em 1993 para 258,7 milhões em 1999. Uma empresa como a Hering, que em 1992 chegou a exportar 100 milhões de dólares, em 1998 exportou apenas 18 milhões.

Tabela 7: PFT por setores e subsetores selecionados de atividade econômica. Vale do Itajaí, 1991-2005.

Setores e subsetores selecionados	1991	%	2005	%
Indústria da madeira e do mobiliário	8.053	8,54	12.882	8,44
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	49.266	52,22	80.298	52,63
Indústria de produtos alimentícios, bebidas	7.766	8,23	15.003	9,83
Total Indústria de transformação	94.335	47,17	152.566	40,45
Construção civil	5.131	2,57	10.281	2,73
Comércio	26.626	13,31	75.835	20,11
Serviços	43.924	21,96	98.393	26,09
Administração pública	12.203	6,10	31.503	8,35
Agricultura, silvicultura, criação de animais	2.469	1,23	4.829	1,28
Total	199.979		377.170	

Fonte: RAIS/ MTE

Este movimento teve um impacto muito forte sobre a alocação dos trabalhadores desta região. O desemprego estrutural, ocasionado pela reforma tecnológica e estrutural imposta ao setor atingiu uma massa de trabalhadores, que eram 62 mil em 1994, e passaram a 49 mil em 1998.

A indústria de transformação perdeu peso no total do emprego do Vale do Itajaí, passando de 47% em 1991 para 40% em 2005. A proporção é aumentada assim nos setores de comércio e serviços, como os responsáveis pelas novas vagas geradas, na mesma dinâmica de terciarização das demais regiões.

Este movimento de expansão do setor terciário, pode ser mais bem evidenciado ainda quando se observam os dados da região da Grande Florianópolis. A região especializou-se tradicionalmente em atividades de serviços e comércio, especialmente o turismo. As praias da região atraem visitantes durante todo o ano, fazendo com que as atividades econômicas se voltem para a infra-estrutura em hotéis, restaurantes, atividades de lazer e entretenimento.

Tabela 8: PFT por setores selecionados de atividade econômica. Grande Florianópolis, 1991-2005.

Setores e subsetores selecionados	1991	%	2005	%
Indústria de transformação	13.884	7,32	30.195	9,58
Serviços industriais de UP	5.360	2,82	4.719	1,50
Construção civil	4.702	2,48	15.874	5,04
Comércio	18.077	9,53	54.018	17,14
Serviços	60.817	32,05	109.859	34,87
Administração pública	75.460	39,76	96.214	30,53
Total	189.776		315.095	

Fonte: RAIS/ MTE

De acordo com a Tabela 8, percebe-se que o comércio tem grande evolução dos postos de trabalho entre 1991 e 2005. De um estoque de 18 mil empregos formais, o comércio atinge em 2005 um número de 54 mil empregos. A mesma evolução tem os serviços, que absorvem em 2005 34,8% do total do emprego da Grande Florianópolis.

A capital localizada nesta região também comporta todo o centro administrativo do governo estadual, fazendo com que a região absorva o maior número de funcionários públicos no estado. Observa-se que em 1991 a administração pública era a atividade de maior peso no emprego formal, com quase 40% do total das ocupações. Em 2005 este número já é menor, apenas 30%, dada a dificuldade em aumentar o quadro funcional público nos últimos anos.

Por fim analisamos o emprego na região Sul Catarinense, que era responsável em 2005 por cerca de 12% do total do emprego formal no estado e teve um crescimento médio das ocupações formais da ordem de 5% ao ano.

A região tradicionalmente tem sua economia apoiada na atividade de extração mineral, sobretudo o carvão e em alguns setores da indústria de transformação, que se desenvolveram mais recentemente com a retração da atividade carbonífera.

De acordo com Milioli (2002), o desenvolvimento da região, calcado num primeiro momento na exploração do carvão, deu-se a partir de dois vetores distintos: o primeiro no sentido Criciúma-Sul, tendo como principais impulsores a exploração do carvão e a agricultura, e mais atualmente um forte incremento industrial nas áreas de cerâmica, confecções, plásticos e descartáveis; e o segundo, no sentido Criciúma-Norte, foi sustentado até os anos 60 pelas atividades de beneficiamento e transporte do carvão. A partir daí, a implantação da Usina Jorge Lacerda – aliada a um processo de disseminação de pequenas e médias empresas e um forte incremento do turismo, tornou esta área cada vez menos dependente do carvão. Predominam na região as atividades ligadas ao setor mineral, ao setor cerâmico e metal-mecânico, setor agro-industrial e setor pesqueiro.

Tabela 9: PFT por setores selecionados de atividade econômica. Sul Catarinense, 1991-2005.

Setores econômicos	1991	%	2005	%
Extrativa mineral	6.178	6,61	4.673	2,58
Indústria de transformação	29.604	31,69	64.288	35,56
Construção civil	3.222	3,45	6.836	3,78
Comércio	13.564	14,52	40.656	22,49
Serviços	22.136	23,70	43.158	23,87
Administração pública	10.337	11,07	14.935	8,26
Total	93.406		180.798	

Fonte: RAIS/ MTE

Como se observa na Tabela 9, o setor extrativo mineral perdeu postos de trabalho nestes últimos anos, como já vimos, pela deterioração da atividade na região. De uma participação de 6,6% sobre o total do emprego formal em 1991 a atividade passa a concentrar apenas 2,5% do total do emprego formal, considerando que a atividade nas minas tradicionalmente emprega trabalhadores sem formalização.

Observamos em contrapartida uma evolução no emprego industrial, alavancado pelas indústria cerâmica, de plásticos e confecções. Há um incremento absoluto de 117% no emprego industrial, que passa de uma participação de 31% em 1991 para 35,5% em 2005. A atividade

comercial também tem grande evolução, somando 22,5% do total do emprego da região. Os serviços, apesar do incremento bruto de 94% no emprego, manteve sua participação inalterada, somando também 23% das ocupações formais.

4.3 Qualificação do emprego formal catarinense

Esta seção tem o objetivo de qualificar mais profundamente os traços do mercado formal de trabalho catarinense. Para tanto, a variável parâmetro desta análise será o setor de atividade econômica. O ano usado como referência foi o de 2005, o último disponível na série da RAIS.

O primeiro quadro de análise disposto no anexo A, refere-se aos dados dos setores de atividade econômica, desagregados por renda e nível educacional. Este painel resume algumas características gerais do processo de segregação salarial por setor de atividade. Sem levar em consideração as diferenças por gênero, que serão levantadas a seguir, percebemos aqui a proporção salarial para as diferentes faixas de escolaridade, querendo assim destacar os setores que bem ou mal remuneram os trabalhadores mais bem qualificados.

Olhando para o perfil dos empregos na indústria de transformação, disposto no anexo A, observa-se que a maior concentração de trabalhadores se dá entre os empregados com ensino fundamental incompleto, com remuneração entre 1 e 3 salários mínimos. Estes empregados somam 108 mil trabalhadores, representando 21,9% do total de PFT do setor. Os 70% empregados nesta faixa de remuneração estão distribuídos entre o ensino fundamental incompleto e o médio completo. Entre os que ganham 5 e 10 SM, aproximadamente 40% têm ensino médio completo e dos PFT acima de 10 salários 54,8% têm ensino superior completo, o que equivale a um número absoluto de 6,5 mil trabalhadores (mas representam apenas 1,3% do total de empregos no setor).

Na construção civil 53% dos empregados possuem até 8 anos de estudo completos (fundamental completo e incompleto) e recebem entre 1 e 3 salários. Os maiores salários estão distribuídos para os que têm ensino superior completo, onde 43% dos empregados com remuneração acima de 10 SM conquistaram essa qualificação, representando, porém 0,5% do total de ocupações no setor.

No comércio 95,8 mil pessoas completaram o ensino médio e recebem entre 1 e 3 SM, o que representa 33,7% do total de empregos neste setor de atividade. Entre os que ganham 5 e 10 SM, 42,3% têm ensino médio completo (4,9 mil empregados) e 16% completaram o nível superior (1,9 mil empregados). Para os salários superiores a 10 mínimos, 40% têm ensino superior completo. Já nos serviços a distribuição entre os níveis educacionais foi um pouco maior: na maior parte que recebe entre 1 e 3 salários mínimos (65%), 86,9 mil têm ensino médio completo, 58,1 mil têm fundamental completo e 57,8 mil pessoas possuem fundamental incompleto. Entre os que ganham mais de 10 salários mínimos, 73,7% possuem superior completo.

Na administração pública e nos serviços industriais de utilidade pública, ocorre uma certa polarização, com parte considerável de empregados em níveis mais baixos de qualificação e salário, contrapondo um outro lado formado por empregados mais qualificados e com altos

salários. Na administração pública 27,8% dos empregados recebem entre 1 e 3 mínimos, e estão alocados do fundamental incompleto até o médio completo. Outros 20,8% recebem mais de 5 salários e tem nível superior completo. Nos serviços industriais 19,4% recebem de 1 a 3 mínimos e têm até 8 anos de estudo completos. Outros 13,5% têm médio completo com salários acima de 10 SM, contra 11,4% no ensino superior, que recebem a mesma faixa de remuneração.

Na indústria extrativa mineral 2,2 mil trabalhadores possuem o fundamental incompleto e recebem entre 1 e 5 salários mínimos, representando 32% do total de empregos no setor. A agropecuária tem 50% de seus empregados ganhando entre 1 e 3 mínimos e sem concluir o nível fundamental de ensino, somando 22,2 mil trabalhadores.

O quadro demonstra as tendências observadas no Brasil e no mundo, de que mesmo com níveis maiores de qualificação os trabalhadores têm pouca mobilidade salarial, permanecendo com baixos níveis de remuneração. Os setores da administração pública e os serviços industriais de utilidade pública que absorvem apenas 14% do total de empregos formais no estado catarinense se destacaram como aqueles com melhores remunerações, pela própria proteção e amparo sindical que os trabalhadores desta categoria conquistaram. Os setores que mais absorvem mão-de-obra formalmente, a indústria de transformação, os serviços e o comércio (79% dos trabalhadores), concentram seus trabalhadores em patamares salariais muito baixos (em torno de 1 e 3 salários mínimos), e mesmo com a busca de qualificação dentro de cada setor, a mobilidade parece ser dificultada. Entre os poucos postos de trabalho que recebem salários mais elevados, há sempre uma cobrança quanto a uma maior qualificação, exigindo-se pelo menos o ensino médio completo. Nos setores da construção civil, extrativa mineral e agropecuária permanece ainda a baixa formalização (demonstrada pela baixa participação relativa destes setores no total do emprego), sendo que aqueles que chegam a se formalizar são em sua maioria homens, com baixa escolaridade e com salários precários.

Uma outra característica relevante neste cenário do emprego formal refere-se ao diferencial de remuneração existente nos setores de atividade econômica entre homens e mulheres, que acaba por se demonstrar mais preocupante do que os diferenciais de qualificação. Pesquisa da Organização Internacional do Trabalho comprova que os custos de contratação das mulheres não são elevados, como tentam contrapor os empresários, ao rebaixar os salários femininos por conta das políticas de proteção à maternidade. As desigualdades existentes tendem a tornar precárias as condições femininas de emprego, fazendo com que mulheres com a mesma qualificação e nos altos cargos cheguem a ganhar 30% a menos do que os homens na mesma função (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2006).

Ao se referir ao aumento da participação feminina e também as altas taxas de desemprego entre as mulheres, Galeazzi (2001, p. 62) conclui:

Uma vez ocupadas, a desigualdade expressa-se, principalmente, pela segregação ocupacional e pela remuneração inferior. Às mulheres cabem ocupações de mais baixo *status*, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional, e seus rendimentos do trabalho são, significativamente, mais baixos do que os auferidos pelos homens.

As desigualdades de rendimentos entre os setores econômicos já foram dispostas anteriormente neste trabalho, evidenciando que os setores piores remunerados em Santa Catarina foram a construção civil, o comércio e a agropecuária. O anexo B traz um quadro do comportamento do emprego por setores e remuneração, desagregando também por gênero, o que permite identificar se Santa Catarina também possui um diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, como assinalado pela literatura especializada.

Na indústria de transformação, onde 70% dos empregados recebem entre 1 e 3 salários mínimos, o maior percentual nesta faixa é de homens, que representam 39,5% do total da mão-de-obra, com as mulheres vindo logo em seguida com 30,8% de participação. Os demais funcionários estão distribuídos nas faixas salariais entre 3 e 10 salários. A participação masculina é de 61,8% entre 1 e 3 SM; 23% entre 3 e 5; e 10,2% dos homens ganhando entre 5 e 10 salários. As mulheres já se concentram majoritariamente na faixa de rendimentos entre 1 a 3 SM, com 85,6% delas empregadas nesta categoria. O baixo acesso a níveis maiores de escolaridade deste setor se reflete aqui na baixa remuneração, quando apenas 9,9% dos empregados ganham acima de 5 salários mínimos.

O setor de construção civil tem 75,1% de seus empregados ganhando entre 1 e 3 salários, que representa um montante de 37,5 mil trabalhadores. Entre estes, a distribuição por sexo parece bem homogênea: 75% dos homens e 72,6% das mulheres se encontram neste patamar de remuneração. O diferencial de qualificação apontado no outro quadro não parece se refletir aqui em grandes diferenças salariais. Enquanto 6,2% dos homens ganham acima de 5 SM, 8,5% das mulheres ganham salários também mais elevados (acima de 5 salários mínimos), tomando como parâmetro o diferencial de praticamente 20% entre homens e mulheres com ensino superior.

O comércio e os serviços seguem a mesma tendência de baixos salários, com a maior parte de seus trabalhadores ganhando entre 1 e 3 salários mínimos. No comércio, 75,5% dos homens recebem esta faixa salarial, enquanto o percentual das mulheres nesta faixa salarial é 83,6%. Praticamente 20% dos demais trabalhadores masculinos ganham entre 3 e 5 SM, e apenas 9% das mulheres, aqui mais qualificadas, absorvem este rendimento. Nos serviços o diferencial de salários se revela um pouco menor, com 61,8% dos homens e 69% das mulheres recebendo entre 1 e 3 SM. Nas faixas mais altas de remuneração a diferença é baixa, mas existente, com 15,8% dos homens ganhando acima de 5 SM, e apenas 10,8% das mulheres recebendo remuneração neste patamar.

A administração pública possui uma homogeneidade maior em sua distribuição salarial, de forma que os PFT se distribuem da seguinte maneira: 24,3% de mulheres ganhando entre 1 3 SM; 14,85% de mulheres ganhando entre 3 e 5 SM, e 12% de mulheres recebendo entre 5 e 10 SM (os mais expressivos). Porém, na quantificação por diferencial de sexo, aparece um cenário mais acentuado: em um setor de maioria feminina e bem qualificada os poucos homens absorvem as maiores faixas de remuneração. Nas faixas entre 5 e 10 salários, estão ocupados 27% dos homens, contra 20% das mulheres, e acima de 10 salários, se distribuem 16% dos homens contra 7% das mulheres. Nos serviços industriais de utilidade pública, com o maior percentual de homens empregados e uma grande parte de pessoas bem escolarizadas, não seria de se esperar outro

movimento a não ser de o setor ser dominado por uma maioria de homens recebendo melhores salários. Do total de 14,4 mil empregados do setor quase 30% são homens com salários superiores a 10 mínimos e mais 30,8% dos homens recebendo entre 3 e 10 SM. Entre as poucas mulheres há uma distribuição também homogênea: 30% delas recebem entre 1 e 3 SM; mais 37% entre 3 e 10 SM; e 29% com salários superiores a 10 mínimos.

O setor extrativo mineral tem 70% dos seus trabalhadores concentrados nos homens com remuneração entre 1 e 5 salários mínimos. Além de terem pequena participação, quase 60% das mulheres neste setor recebem entre 1 e 3 SM. Na agropecuária, onde 82% dos trabalhadores recebem entre 1 e 3 SM, a distribuição por gênero também reflete baixos salários para ambos os sexos. Enquanto 81,8% dos homens recebem esta faixa de remuneração, também 86% das mulheres estão incluídas nesta categoria.

O que se evidencia desta análise é que de fato ocorre uma segregação em gênero também em Santa Catarina, onde as mulheres, mesmo com níveis de qualificação iguais ou superiores aos homens, acabam ficando concentradas nas menores faixas de salários. Um outro ponto merece ser destacado à medida que quanto maiores os salários dentro de cada setor, maior o diferencial colocado entre homens e mulheres. Nos setores concentrados em baixos salários, como o extrativo mineral e a agropecuária, há menor margem de segregação de rendimentos entre os sexos.

Por fim, pode-se destacar que esta qualificação do mercado formal de trabalho em Santa Catarina permite observar de perto as mudanças colocadas no contexto geral de transformação das relações de trabalho, onde se caminha em direção a salários rebaixados, aumento das exigências quanto à escolaridade do trabalhador e, mais evidente, uma segregação por sexo que atinge as mulheres em diversos setores da economia.

4.4 Movimentação recente do emprego formal catarinense

Para considerarmos a evolução do emprego formal em Santa Catarina além do ano de 2005 (último disponível do estoque da RAIS), vamos utilizar como ferramenta os dados do CAGED, que divulga mês a mês a flutuação do emprego formal, contabilizando empregados admitidos e desligados.

Até 31 de dezembro de 2005, a RAIS então divulgou um estoque de postos de trabalho em Santa Catarina num total de 1.486.969 empregados, uma evolução de 75% em relação à 1991.

A Tabela 10, apresenta a flutuação do emprego catarinense no ano de 2006, revelando o saldo entre admitidos e desligados por setor econômico. Por meio dela verificamos que o saldo no ano foi positivo, com mais contratações que demissões, o que gerou mais 61 mil postos de trabalho neste ano. Os setores responsáveis pelos maiores saldos foram respectivamente a indústria de transformação (20.692), os serviços (19.859) e o comércio (16.649). O único setor que apresentou retração na geração de postos formais de trabalho foi a agropecuária, que teve em 2006 uma perda líquida de 159 trabalhadores.

Tabela 10: Flutuação do emprego formal por setor de atividade econômica. Santa Catarina, 2006.

Setores econômicos	Admitidos	Desligados	Saldo
Extrativa Mineral	2.080	2.053	27
Indústria de Transformação	237.051	216.359	20.692
Serviços Ind. De UP	4.138	3.079	1.059
Construção Civil	46.661	45.153	1.508
Comércio	164.954	148.305	16.649
Serviços Ind. De UP	223.395	203.536	19.859
Administração Pública	8.907	7.220	1.687
Agropecuária	43.489	43.648	-159
Total	730.675	669.353	61.322

Fonte: CAGED/ MTE

Para o primeiro semestre de 2007, onde o CAGED registrou o maior saldo líquido de empregos para o Brasil desde que a série começou a ser divulgada, Santa Catarina obteve um saldo de 46 mil novos postos de trabalho, mais de 75% do que o estado gerou em empregos durante todo o ano de 2006. Se somado ao estoque de 2005, chegamos a junho de 2007 com um total de 1.594.812 postos formais de trabalho.

Estes números indicam que apesar da reestruturação por que passou a indústria catarinense nos últimos anos, e a forte concorrência que os produtos vieram a enfrentar com a valorização da moeda nacional, houve a partir de 1999, e mais intensamente nestes últimos 4 anos, uma retomada do crescimento do emprego formal (também da formalização), que vêm se mantendo até os últimos meses, sem acrescentar ao debate a questão da qualidade destes empregos. Além da indústria, são responsáveis diretamente pela geração destes empregos os setores de comércio e serviços.

Outra questão que vale ressaltar é a rotatividade implícita nesta movimentação, com a tendência de se utilizar a rotatividade da mão-de-obra como meio de reduzir os custos e salários. No primeiro semestre de 2007, o CAGED registrou um salário médio para o trabalhador catarinense de R\$ 608,28, em moeda corrente. Entre admitidos e demitidos, observa-se que o salário médio dos admitidos representa apenas 92% do salário médio do trabalhador desligado. Os maiores salários foram registrados na administração pública e no ramo extrativo mineral. Na indústria de transformação, o setor que apresenta o maior achatamento salarial, a média salarial dos que entram corresponde a apenas 87% da média dos que saem do emprego.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina permitiu observar mudanças em curso nas relações de trabalho no estado, a partir das transformações ocorridas na economia brasileira e também das mudanças em âmbito mundial.

Apesar da reestruturação que atingiu a indústria, ainda responsável por mais de 30% do emprego formal no estado, os postos de trabalho voltaram a crescer, principalmente nas atividades ligadas ao comércio e serviços. Observamos esta dinâmica em todas as mesorregiões

catarinenses, e mesmo naquelas que historicamente praticavam atividades industriais, os serviços têm gerados maior concentração de postos formais de trabalho.

Entre as mesorregiões destacam-se o Norte e o Vale do Itajaí pela forte geração de empregos industriais, e o Oeste pelo desenvolvimento de suas agroindústrias, que proporcionaram um crescimento do emprego formal também na agropecuária. A região Serrana se destaca pelos postos de trabalho gerados nos serviços, ligados muito as atividades turísticas da região. A Grande Florianópolis têm preponderantemente empregos na administração pública e nos serviços, assim como a região Sul destaca-se por suas indústrias de plásticos e cerâmica.

Quanto a qualificação do emprego, apesar do aumento da participação feminina no total do emprego formal, revelou-se que apesar deste aumento, as ocupações femininas não crescem acompanhadas de iguais condições de remuneração e qualificação, comparativamente aos homens. Mesmo em setores em que a mulher tem participação expressiva e alto nível de qualificação, os cargos de maior remuneração tendem a ser distribuídos para os homens.

Quando se cruzam os dados de escolaridade com os dados de remuneração, observa-se que não foram em todos os setores do estado que os trabalhadores obtiveram uma mobilidade em relação a melhores salários por causa de sua maior escolaridade. Os setores que mantiveram trabalhadores desqualificados, como a agropecuária e a construção civil, por exemplo, conservaram também baixos salários. Já nos setores que detêm a maior parte dos postos formais de trabalho em Santa Catarina (indústria de transformação, comércio e serviços) a grande parte de seus trabalhadores se manteve em patamares medianos de qualificação com baixos salários.

Enfim, ao analisarmos a evolução do emprego formal nos últimos meses, através da flutuação do emprego disponibilizada pelo CAGED, observamos que continua a trajetória de elevação do emprego formal em Santa Catarina (e no Brasil), de modo existem maiores possibilidades de entrada no mercado protegido, mesmo que em condições de menores salários que os demitidos.

Estes levantamentos indicam que o mercado de trabalho catarinense seguiu de perto as transformações delineadas em âmbito geral, ocorrendo uma reorientação dos trabalhadores para novas funções e novos setores. No entanto, vale lembrar que o crescimento observado dos postos formais de trabalho ao longo da década de 1990 e, principalmente após 1999, não foi suficiente para absorver a crescente população economicamente ativa, e mais ainda, não proporcionou uma melhoria das condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores. Mesmo os postos de trabalho criados dentro do mercado formal parecem ser direcionados a setores com baixa remuneração e exigentes quanto à qualificação e experiência profissional, o que acaba dificultando ainda mais o acesso da população em idade ativa a este mercado mais protegido.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed São Paulo: Boitempo, 2002.

CARNEIRO, Ricardo. (Org.). **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.

DIEESE-SC. **Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina**. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

GALEAZZI, Irene. Mulheres trabalhadoras. **Revista Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: Publicações FEE, v.1, 2001.

GARCIA PEREIRA, António. **Globalização e Flexibilidade**. Disponível em: < http://www.fazer.com.br/a2_default2.asp?cod_materia=2275>. Acesso em: 15 maio 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. In: Congresso da ABPHE, 2003. Disponível em:< <http://www.abphe.org.br/>>. Acesso em: 10 março 2007.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

LINS, Hoyêdo e MATTEI, Lauro. A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI. Texto para discussão, Departamento de Economia. Florianópolis, n. 8, 2001.

MATTEI, Lauro F. A globalização econômica como fator de exclusão social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 7, n.1, jan/jun 2004, p. 57-68.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

_____. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 61-77.

MERCADANTE, Aloizio. **A questão do desemprego**. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 set. 2002. Disponível em: http://www.mercadante.com.br/artigos/artigo_126.html. Acesso em: 10 maio 2007.

_____. **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas: UNICAMP, 1998.

Milioli, Geraldo. O Sul do estado de Santa Catarina. UNESC, 2002. Disponível em: < <http://vivimarc.sites.uol.com.br/aregiao.htm>>. Acesso em 10 julho 2007.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

PRADO, Antonio. A revitalização do mercado de trabalho brasileiro. **Visão do Desenvolvimento, BNDES**. Rio de Janeiro, n. 22, dez. 2006. Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/visao.asp>>. Acesso em: 18 maio 2007.

7. ANEXOS

Anexo A - Distribuição dos PFT por setores de atividade econômica, escolaridade e remuneração. Santa Catarina, 2005.

	ANALF	FUNDAMENTAL		MÉDIO		SUPERIOR		TOTAL
		INCOMP.	COMP.	INCOMP.	COMP.	INCOMP.	COMP.	
Extrativa mineral								
até 1 SM	0	18	15	4	24	0	2	63
1 a 3	25	1.019	530	224	464	67	23	2.352
3 a 5	6	1.200	643	320	561	52	38	2.820
5 a 10	0	413	226	187	254	32	87	1.199
mais de 10	0	8	15	7	81	12	132	255
ignorado	2	39	20	6	16	0	1	84
Total	33	2.697	1.449	748	1.400	163	283	6.773
Indústria de transformação								
até 1 SM	43	1.766	1.631	1.284	1.492	163	67	6.446
1 a 3	1.255	108.026	92.741	47.871	88.486	6.768	2.238	347.385
3 a 5	154	19.504	19.520	8.358	29.926	4.459	3.205	85.126
5 a 10	65	4.477	5.634	2.773	14.835	3.636	5.691	37.111
mais de 10	5	303	532	376	2.900	1.241	6.502	11.859
ignorado	67	2.736	1.370	461	664	30	39	5.367
Total	1.589	136.812	121.428	61.123	138.303	16.297	17.742	493.294
Serviços industriais de utilidade pública								
até 1 SM	1	35	8	3	16	1	5	69
1 a 3	27	1.487	1.312	211	692	122	51	3.902
3 a 5	27	706	403	113	703	158	149	2.259
5 a 10	16	720	410	202	1.022	196	488	3.054
mais de 10	0	409	391	297	1.912	313	1.646	4.968
ignorado	3	53	80	14	21	4	8	183
Total	74	3.410	2.604	840	4.366	794	2.347	14.435
Construção civil								
até 1 SM	6	449	329	114	167	17	11	1.093
1 a 3	331	16.296	10.143	3.331	6.472	635	284	37.492
3 a 5	23	2.576	1.690	544	1.743	299	249	7.124
5 a 10	6	591	411	160	629	126	649	2.572
mais de 10	1	65	64	20	163	41	278	632
ignorado	11	540	242	44	148	6	3	994
Total	378	20.517	12.879	4.213	9.322	1.124	1.474	49.907
Comércio								
até 1 SM	39	2.158	2.812	2.709	3.905	433	186	12.242
1 a 3	357	32.150	51.558	32.741	95.860	8.167	3.329	224.162
3 a 5	24	4.244	6.174	2.933	12.518	2.028	3.089	31.010
5 a 10	1	1.032	1.696	931	4.977	1.185	1.941	11.763
mais de 10	0	86	171	120	814	359	1.122	2.672
ignorado	14	650	599	200	510	23	26	2.022
Total	435	40.320	63.010	39.634	118.584	12.195	9.693	283.871
Serviços								
até 1 SM	97	5.499	3.563	3.055	4.575	909	2.266	19.964
1 a 3	1.107	57.855	58.132	26.416	86.944	13.615	16.462	260.531
3 a 5	67	8.476	9.528	3.797	18.491	5.239	12.141	57.739
5 a 10	16	2.200	2.667	1.168	8.410	3.265	16.129	33.855
mais de 10	4	649	502	226	2.546	1.322	14.748	19.997
ignorado	45	2.595	1.138	332	860	98	732	5.800
Total	1.336	77.274	75.530	34.994	121.826	24.448	62.478	397.886
Administração pública								
até 1 SM	15	896	757	215	847	106	614	3.450
1 a 3	691	21.572	9.581	3.122	20.402	4.137	13.575	73.080
3 a 5	51	6.008	4.101	1.202	17.664	2.822	19.147	50.995
5 a 10	4	2.839	3.324	1.431	12.011	2.290	24.692	46.591
mais de 10	3	317	381	205	3.504	608	16.191	21.209

	ignorado	4	85	66	13	144	43	612	967
	Total	768	31.717	18.210	6.188	54.572	10.006	74.831	196.292
Agropecuária, extração vegetal, caca e pesca.									
	até 1 SM	56	1.363	493	168	181	11	6	2.278
	1 a 3	432	22.277	7.092	2.677	3.903	341	149	36.871
	3 a 5	3	1.233	573	188	597	118	161	2.873
	5 a 10	0	256	148	64	425	119	270	1.282
	mais de 10	1	33	21	14	179	31	563	842
	ignorado	5	265	51	17	21	0	6	365
	Total	497	25.427	8.378	3.128	5.306	620	1.155	44.511
Total									
	ate 1 SM	257	12.184	9.608	7.552	11.207	1.640	3.157	45.605
	1 a 3	4.225	260.682	231.089	116.593	303.223	33.852	36.111	985.775
	3 a 5	355	43.947	42.632	17.455	82.203	15.175	38.179	239.946
	5 a 10	108	12.528	14.516	6.916	42.563	10.849	49.947	137.427
	mais de 10	14	1.870	2.077	1.265	12.099	3.927	41.182	62.434
	ignorado	151	6.963	3.566	1.087	2.384	204	1.427	15.782
	Total	5.110	338.174	303.488	150.868	453.679	65.647	170.003	1.486.969

Fonte: RAIS/MTE

Anexo B- Distribuição dos PFT por setores de atividade econômica, sexo e remuneração. Santa Catarina, 2005.

		ATE 1	1 A 3	3 A 5	5 A 10	MAIS 10	IGN	TOTAL
Extrativa mineral								
	Masculino	43	2.104	2.747	1.154	229	78	6.355
	Feminino	20	248	73	45	26	6	418
	Total	63	2.352	2.820	1.199	255	84	6.773
Indústria de transformação								
	Masculino	2.690	195.050	71.737	32.274	10.606	2.972	315.329
	Feminino	3.756	152.335	13.389	4.837	1.253	2.395	177.965
	Total	6.446	347.385	85.126	37.111	11.859	5.367	493.294
Serviços industriais de utilidade pública								
	Masculino	35	3.205	1.906	2.548	4.291	144	12.129
	Feminino	34	697	353	506	677	39	2.306
	Total	69	3.902	2.259	3.054	4.968	183	14.435
Construção civil								
	Masculino	878	35.050	6.746	2.348	568	956	46.546
	Feminino	215	2.442	378	224	64	38	3.361
	Total	1.093	37.492	7.124	2.572	632	994	49.907
Comércio								
	Masculino	4.815	124.345	22.548	9.311	2.323	1.182	164.524
	Feminino	7.427	99.817	8.462	2.452	349	840	119.347
	Total	12.242	224.162	31.010	11.763	2.672	2.022	283.871
Serviços								
	Masculino	7.466	134.010	37.736	20.317	13.957	3.240	216.726
	Feminino	12.498	126.521	20.003	13.538	6.040	2.560	181.160
	Total	19.964	260.531	57.739	33.855	19.997	5.800	397.886
Administração pública								
	Masculino	533	25.222	21.854	23.079	13.191	388	84.267
	Feminino	2.917	47.858	29.141	23.512	8.018	579	112.025
	Total	3.450	73.080	50.995	46.591	21.209	967	196.292

Agropecuária, extração vegetal, caca e pesca.								
	Masculino	1.418	27.786	2.641	1.096	773	238	33.952
	Feminino	860	9.085	232	186	69	127	10.559
	Total	2.278	36.871	2.873	1.282	842	365	44.511
Total								
	Masculino	17.878	546.772	167.915	92.127	45.938	9.198	879.828
	Feminino	27.727	439.003	72.031	45.300	16.496	6.584	607.141
	Total	45.605	985.775	239.946	137.427	62.434	15.782	1.486.969

Fonte: RAIS/MTE